

HOTELZINHO SÃO VICENTE DE PAULO - HOSVIP
INSTITUTO FILANTRÓPICO SEM FINS LUCRATIVOS
Rua 15 de Novembro Quadra 60 Lote 9A – Planatina/DF
CNPJ: 08.938.465/0001-08
Recredenciamento: Portaria nº 115 de 04 de maio de 2016
PARECER nº 72/2016 – CEDF



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
I. HISTÓRICO/ FUNÇÃO SOCIAL.....	06
Atos de Regulação da Instituição Educacional.....	08
II.PRINCÍPIOS.....	09
a) Princípios Epistemológicos.....	09
b) Educação Inclusiva.....	10
III. MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS.....	14
Missão.....	14
Objetivos Gerais e Específicos.....	14
IV. FUNDAMENTOS TEÓRICOSMETODOLÓGICOS.....	15
a) Pedagogia histórico-crítica:.....	16
V. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	17
Plano de permanência e êxito escolar dos estudantes.....	19
Estratégias de valorização e formação continuada dos profissionais de educação.....	20
Metodologias de ensino adotadas.....	21
VI. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.....	22
a) Avaliação Institucional.....	23
b) Matriz Curricular da Educação Infantil.....	24
VII. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	25
VIII. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	28
IX. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	31
X. PROJETOS ESPECÍFICOS.....	33
1. Projeto Alimentação Saudável/ Projeto Alimentação na Educação Infantil: mais do que cuidar: educar, brincar e interagir.....	33
2. Projeto mão na massa criando e reciclando.....	34
3. Projeto diversidade na educação infantil.....	35
4. Projeto IX Plenarinha - musicalidade das infâncias: de cá, de lá, de todo lugar.....	35
5. Projeto o brincar como direito dos bebês e das crianças.....	36

XI. PLANO DE AÇÃO.....	39
XII. ANEXOS.....	49
XIII. REFERÊNCIAS.....	52

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico foi construído contemplando os aspectos conforme a nova Resolução nº 01/2021, art. 205, da Resolução nº 02/2020. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 redimensiona o conceito de instituição educacional e organização do seu trabalho pedagógico, ressaltando a importância da participação dos vários segmentos que a compõe. Uma atribuição dessa magnitude exige uma grande responsabilidade, porque implica na definição dos caminhos que a instituição educacional vai tomar e conseqüentemente, a construção da autonomia.

A LDB nº 9394/96 com sua exuberância, destaca três grandes eixos ligados a construção do Projeto Político Pedagógico:

- Eixo da flexibilidade: vincula à autonomia e possibilita a instituição educacional a organizar seu próprio trabalho pedagógico;
- Eixo da avaliação: reforça o que deve ser observado nos vários níveis de ensino;
- Eixo da liberdade: expressa no âmbito do pluralismo as ideias e as concepções pedagógicas.

Partindo desses três pressupostos, a LDB reconhece na instituição educacional, um importante espaço educativo e nos profissionais da educação, uma competência técnica e política, que os habilita a participar da construção do Projeto Político Pedagógico. Significa planejar, buscar uma diretriz, um rumo a caminhar.

O Projeto Político Pedagógico tem a função de orientar o conteúdo, a forma e a maneira de como os conhecimentos devem ser construídos e compõe todas as ações educativas e as características de organização do espaço onde acontece o desenvolvimento da intencionalidade política, a formação de sujeitos cidadãos, participativos, empreendedores, comprometidos socialmente, críticos e criativos, possibilitando o envolvimento de todos os participantes na prática do exercício da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico é um documento e ao ser construído coletivamente, permite que os diversos segmentos (comunidades escolar e local) expressem suas concepções sobre sociedade, instituição educacional, processo de ensino-aprendizagem, avaliação e tomada de decisão.

Devido ao distanciamento social e suspensão das aulas presenciais, neste ano o Projeto Político Pedagógico foi construído por meio de reuniões online, onde os pais fizeram avaliação do trabalho que foi desenvolvido, destacaram pontos positivos e negativos, contribuíram com sugestões de melhorias no atendimento prestado remotamente pela

instituição e da Secretaria de Educação.

É importante destacar, que as atividades pedagógicas contidas neste documento, são planejadas, com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal. Devido ao distanciamento social causado pela COVID-19 e as suspensões das aulas presenciais, as ações descritas neste Projeto Político Pedagógico, atendem o modelo de ensino atual, direcionado pela SEEDF, podendo ser realizado de forma remota, híbrida ou presenciais, seguindo o Manual de Orientações Pedagógicas para o atendimento remoto da Educação Infantil – 2021.

O Instituto São Vicente de Paulo ao elaborar este documento organizacional, busca destacar a função principal da instituição educacional que é cuidar, educar, brincar e interagir, solidificando desta forma seu papel social e possibilitando aos estudantes o sucesso educacional, a preservação do seu bem-estar físico, cognitivo, emocional e social.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico do Instituto São Vicente de Paulo fundamenta-se na construção de um conhecimento, que está em constante avaliação e reformulação, com base nos avanços dos principais paradigmas educacionais da atualidade e nas alterações, que por ventura, se façam necessários, visando sempre o desenvolvimento integral das crianças.

I. HISTÓRICO/ FUNÇÃO SOCIAL

A instituição educacional surgiu do amor pela educação, em atendimento às necessidades da comunidade local, no sentido de criar um espaço, que pudesse cuidar, educar e ajudar as famílias mais necessitadas da cidade.

Deu-se início em 27/09/2005 na garagem da casa da fundadora, Sr.^a Ana Patrícia Bomfim de Oliveira Mota, que teve em seu coração o desejo de ajudar sua comunidade, e para isso, cobrava um valor simbólico de R\$ 60,00 (sessenta reais), que era revertida em alimentação a 40 (quarenta) crianças atendidas.

Com desejo de que esse serviço prestado se estendesse a mais crianças, porque a cidade precisava, um grupo de amigos resolveu se juntar em 2007, para dar início à sociedade que transformaria a Creche, numa então instituição educacional. A partir disso, foram criados os documentos que a regulamentaria.

No ano de 2012, os responsáveis foram à procura de um espaço que pudesse atender as crianças de forma adequada. O prédio encontrado para a execução das atividades pedagógicas é também o atual. Era um prédio antigo, considerado hoje, patrimônio da cidade. Vendo a necessidade de atendimento às crianças, atrelado ao fato do prédio estar em desuso, o Governador em exercício, cedeu o prédio para o funcionamento e já nos convidou para participarmos do chamamento público, para então, nos tornamos uma instituição educacional privada com atendimento gratuito.

Em 02/02/2013, atendendo a 90 crianças, teve início o primeiro Convênio firmado em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, no qual passamos a nos remeter a Regional de Ensino de Planaltina-DF. A instituição educacional prestava seu atendimento da seguinte maneira:

Ano de referência	Idade das Crianças	Nº de crianças	Nº Turmas	Quantidade de profissionais
2013	02 a 05 anos	90	06	26
2014-2015	02 a 05 anos	104	07	28
2016-2018	02 a 04 anos	110	07	28
2019	02 a 04 anos	125	08	28
2020	02 a 04 anos	125	08	28
2021	02 a 04 anos	125	08	28

Todos as crianças atendidas eram de mães que trabalhavam e não tinham com quem os deixar. O sonho se tornava realidade e todo o trabalho era realizado com muita responsabilidade, dedicação, amor e carinho no coração pelos estudantes. Todos estavam empenhados em oferecer aos estudantes, um local que cumprisse as funções de educar e cuidar.

A estrutura física é composta de:

- 01 Secretaria Escolar: espaço destinado ao acolhimento de informações, por meio de documentos físicos e online, transmissão de dados internos e externos, efetivação de matrículas, registros de alunos infrequentes para os devidos encaminhamentos, arquivamento de documentos ativos e passivos, entre outros.
- 01 sala da Direção: espaço utilizado para reuniões da equipe gestora, atendimento individual de funcionários, alunos e pais ou responsáveis;
- 01 almoxarifado: espaço onde são guardados materiais pedagógicos, administrativos e lúdicos diversos;
- 01 depósito de gêneros alimentícios: espaço destinado para armazenamento e condicionamento de alimentos perecíveis, semi-perecíveis e não perecíveis;
- 01 sala de colchonetes: destinado a guarda de utensílios de cama, mesa e banho;
- 02 banheiros de estudantes (2 femininos e 2 masculinos) e pessoas com deficiência (PNE), (1 masculino e 1 feminino).
- 08 salas de aula: nesses espaços são desenvolvidas atividades pedagógicas diversas, bem como a sistematização da rotina escolar; nelas são atendidas as turmas de Maternal I (03 turmas), Maternal II (02 turmas) e I Período (03 turmas);
- 01 cozinha: espaço destinado ao preparo e a cocção dos alimentos para funcionários e alunos,
- 01 área de serviço: Destinada a higienização dos utensílios, materiais e roupas;
- 01 sala de professores: espaço utilizado para acolher os docentes, realizar momentos de formação e planejamentos coletivos e individuais junto à equipe gestora e coordenadora pedagógica;
- 02 Área de ventilação: uma na entrada e outra na parte dos fundos da instituição educacional destinados a atividades ao ar livre;
- 01 Brinquedoteca: destinado ao lazer dos estudantes;
- 01 refeitório e pátio coberto: espaço utilizado para atividades pedagógicas diversas (circuito de brincadeiras, eventos, acolhimentos de pais para reuniões, refeições e momentos de socialização onde todos interagem);

- 02 Banheiros para funcionários: (1 masculino e 1 feminino).

Atos de Regulação da Instituição Educacional

O Hotelzinho São Vicente de Paulo tem como embasamento primordial dos seus atos regulatórios a Constituição Federal de 1998, por ser à base de toda a ordenação jurídica, superior a todas as leis, que não podem contrariá-la, sob pena de serem inconstitucionais.

Em ordem cronológica a instituição educacional possui os seguintes atos que regulamenta a nossa existência, a saber:

- Portaria nº 206, de 19 de novembro de 2010: Credencia pelo período, de 07 de outubro de 2010 o Instituto São Vicente de Paulo, situado Rua 15 de Novembro, Quadra 60, Lote 9-A, Setor Tradicional, Planaltina – Distrito Federal, mantido pelo Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina - DF – HOSVIP, com sede no mesmo endereço; autoriza a oferta da educação infantil: creche para crianças de 02 e 03 anos de idade e pré-escola para crianças de 04 e 05 anos de idade; autoriza a Proposta Pedagógica e adverti o Instituto São Vicente de Paulo por ter iniciado as atividades escolares sem o devido credenciamento, infringindo o artigo 90 da Resolução nº1 1/2009-CEDF.
- Ordem de Serviço nº 262, de 26 de novembro de 2010: Aprova o Regimento Escolar do Instituto São Vicente de Paulo, situado Rua 15 de Novembro, Quadra 60, Lote 9-A, Setor Tradicional, Planaltina – Distrito Federal, mantido pelo Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina - DF – HOSVIP, com sede no mesmo endereço, registrando que o referido instrumento legal contém 75 artigos e 18 páginas; determina que a direção dê ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada.
- Portaria nº 115, de 04 de abril de 2016: Recredenciamento a contar de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2019, o Instituto São Vicente de Paulo, mantido pelo Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina - DF - HOSVIP, ambos situados na Rua 15 de Novembro, Quadra 60, Lote 9-A, Setor Tradicional, Planaltina - Distrito Federal; aprova a Proposta Pedagógica da instituição educacional; determina à Cosie/Suplav/SEDF que oriente e acompanhe a instituição quanto à reformulação do Relatório de Melhorias Qualitativas, nos termos expostos no citado parecer; determina

à instituição educacional que providencie a averbação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a fim de contemplar a atividade de pré-escola, nos termos expostos no citado parecer; adverti a instituição educacional pela inobservância do artigo 107 da Resolução nº 1 / 2 0 1 2 - C E D F.

- Portaria nº 69, de 23 de fevereiro de 2017: Aprova o Regimento Escolar do Instituto São Vicente de Paulo, situado na Rua 15 de Novembro, Quadra 60, Lote 9-A, Setor Tradicional, Planaltina - Distrito Federal, mantido pelo Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina - DF - HOSVIP, com sede no mesmo endereço, registrando que o referido instrumento legal contém 82 artigos e 36 páginas e determina que a direção da instituição dê ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada.
- Ordem de Serviço nº 93, de 24 de junho de 2019: Aprova a alteração das instalações físicas do Instituto São Vicente de Paulo, situado na Rua 15 de Novembro, Quadra 60, Lote 9 - A, Setor Tradicional, Planaltina Distrito Federal e mantido pelo Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina - Distrito Federal, com sede no mesmo endereço e alerta a instituição sobre a necessidade do cumprimento da legislação vigente quanto as instalações físicas e quantidade de alunos por sala de aula no Instituto São Vicente de Paulo.

II. PRINCÍPIOS

a) Princípios Epistemológicos

O Princípio Epistemológico do Instituto São Vicente de Paulo tem como destaque o comprometimento com a formação intelectual da afetividade, do social e econômico do ser humano, pelo empenho na formação do cidadão e na consciência sócio-política na sociedade, por meio de uma base humanística.

Para direcionar o trabalho ofertado, a instituição educacional empenha-se no aperfeiçoamento profissional do corpo técnico docente que atua de forma integrada para o desenvolvimento do currículo de Educação Infantil, capaz de despertar na criança o interesse pela arte, a fim de desenvolver a dimensão objetiva do movimento, que corresponde às competências instrumentais para agir sobre o espaço.

O Instituto São Vicente de Paulo busca contemplar o cuidar e o educar, o brincar e o interagir, proporcionando aos pequenos espaços, um lugar prazeroso.

A instituição educacional toma como base para a construção da Proposta Pedagógica, os fundamentos norteadores instituídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecidas na Resolução nº 1, de 07 de abril de 1999, que determinam para essa etapa, o respeito aos seguintes princípios:

- **Éticos** - referem-se à valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. O trabalho educativo organiza-se e estrutura-se de modo a assegurar, às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades, a valorização de suas produções, o apoio à conquista da autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades.
- **Políticos** - referem-se à garantia dos direitos de cidadania, o exercício da criticidade e do respeito à democracia. A criança, produtora e consumidora de cultura, é participante da vida social, modifica e é modificada pelas interações que estabelece com o outro, com a cultura e com o ambiente, por meio das múltiplas linguagens.
- **Estéticos** - referem-se à valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da pluralidade de manifestações artísticas e culturais.

A participação da criança nas manifestações artísticas oportuniza o desenvolvimento da imaginação, de habilidades criativas, da curiosidade e da capacidade de expressão nas múltiplas linguagens (gestual, corporal, plástica, verbal, musical, escrita e midiática, entre outras), a partir de estímulos sensoriais, pela leitura e releitura, criação e recriação, aprimorando a aprendizagem.

As práticas de educação e cuidados voltados à criança possibilitam a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, íntegro, que aprende a conviver com o outro e com o ambiente por meio de um processo gradativo e contínuo.

As estratégias adotadas se articulam a partir de atividades lúdicas e intencionais, em momentos de ações livres e direcionadas na busca do desenvolvimento global da criança. Tais estratégias visam contribuir para uma educação que oferece conteúdos básicos necessários a constituição de valores, contribuindo na formação de valores e na relação com a família e a comunidade.

b) Educação Inclusiva

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2011), da qual o Brasil é signatário, estabeleceu o compromisso de os Estados - Parte assegurarem às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de educação. Assim, em 2008, o Brasil, para se adequar a esse compromisso, publicou a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010b).

A partir dessa Política Nacional (BRASIL, 2010b, p. 9), a Educação Especial no Brasil passou a constituir “um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão”.

Na defesa pela educação inclusiva, Vygotsky (2012b), no início do século XX, já defendia a ideia de que o desenvolvimento incompleto das pessoas com deficiência se deve ao fato, não da sua deficiência, mas à exclusão da coletividade. Esse autor abordou a importância da colaboração entre pessoas com e sem deficiência, destacando que essa é benéfica para ambas.

Ainda na luta pela inclusão, Vygotsky (2012b) defendeu que a Educação Especial deveria superar o estigma do assistencialismo, pois, por muito tempo, esteve associada mais ao cuidado do que à educação, sendo vista como uma ação de caridade, um favor prestado por algumas instituições. Entretanto, a educação é um direito de todas as pessoas, com e sem deficiência, e o ideal é que seja ofertada inclusivamente nas instituições de educação coletivas comuns, levando-se em conta a diversidade da humanidade.

Vygotsky (2012b) também afirmou que compete aos profissionais que atuam na Educação Especial realizar um trabalho pedagógico com as crianças com deficiência, percebendo-as como seres de possibilidades e capazes de se desenvolverem. Para ele, a situação de deficiência não pode limitar o trabalho docente, e sim deve suscitar a superação de supostas limitações sociais.

Nesse sentido, a educação deve ter como finalidade que as pessoas superem a deficiência e se desenvolvam das mais diversas maneiras. A proposta de trabalho com esses estudantes precisa a partir do reconhecimento da singularidade de cada um e da compreensão, de que todo sujeito emprega caminhos específicos para aprender e se desenvolver, pautar-se em uma prática que valorize a diversidade, e não a homogeneidade nesses percursos, empregando ideias destemidas e criativas e, assim, possibilitando aprendizagem e desenvolvimento a todos os sujeitos.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010b, p. 21) caracterizou a Educação Especial como uma

[...] modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Assim, no que diz respeito à Educação Infantil, todas as crianças devem ser matriculadas em instituições de educação coletiva e inclusiva e aquelas que têm necessidades específicas, como deficiências, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/super dotação, têm direito a uma segunda matrícula no turno contrário, no Atendimento Educacional Especializado – AEE, que tem como público- alvo pessoas com deficiências (física/motora, intelectual, visual, auditiva, múltiplas), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação (BRASIL, 2010b).

Pensar no serviço da Educação Especial na Educação Infantil no âmbito do Distrito Federal nos remete à Educação Precoce, Serviço de AEE ofertado pela SEEDF a bebês e crianças bem pequenas (de zero a três anos e onze meses de idade).

Além da Educação Precoce, há outros serviços de apoio pedagógico no contexto da instituição que oferta Educação Infantil:

- Serviços Itinerantes;
- Salas de Recursos;
- Centros de Ensino Especial;
- Classes Hospitalares;
- Atendimento domiciliar.

A Educação Especial, como modalidade que perpassa a Educação Infantil entre as demais etapas da Educação Básica, requer discussões e ações conjuntas, essenciais para delinear um caminho mais adequado à diversidade existente entre nossas crianças. Portanto, é no compartilhamento de reflexões e experiências que se torna possível promover a percepção e elaboração de um conjunto de conhecimentos e práticas sobre a inclusão.

A inclusão das crianças com necessidades específicas carece de interações, acolhida e escuta sensível, atenta e com intencionalidade educativa. Isso depende de profissionais da educação comprometidos em entender as necessidades e interesses infantis, suas formas de

expressão e seu direito de se desenvolver e conhecer o mundo nas relações com outros sujeitos, com e sem necessidades específicas.

A abordagem do tema da educação inclusiva remete à inclusão de pessoas com necessidades específicas, todavia, convém pensar na educação para incluir a diversidade humana.

Dessa forma, a perspectiva de educação inclusiva deste Currículo engloba o acolhimento e respeito à diversidade humana em todos os seus aspectos: étnico-raciais, gênero, classe social, idade, credo, bem como o respeito às peculiaridades das diversas populações: do campo, quilombolas, indígenas, estrangeiras, assentadas e acampadas da reforma agrária, de povos tradicionais, entre outras.

Portanto, trata-se de um projeto de educação para a emancipação humana, que conhece, respeita e acolhe a diversidade, entendendo que, de fato, todas as pessoas são diferentes (em características, necessidades, gostos, anseios, crenças, formas de pensar e se posicionar no mundo), e essas diferenças não se constituem em ameaça, mas em riqueza para a humanidade.

A instituição educacional ainda emprega em seus planejamentos o conteúdo abordado na Resolução nº 1/2017- CEDF, cujo teor prevê a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Individualizado – PEI, para o estudante com necessidade educacional especial e/ou deficiência, e com altas habilidades ou superdotação, a fim de garantir programação específica que possibilite o acompanhamento do processo de aprendizagem e a ambientação escolar.

O Plano de Atendimento Educacional Individualizado - PEI consiste em estabelecer diretrizes tanto para os docentes como para os discentes, no que tange ao processo pedagógico a ser desenvolvido, devendo observar:

- Identificação das necessidades educacionais específicas;
- Definição dos recursos necessários;
- Definição de metodologias pedagógicas apropriadas;
- Definição do uso de algum tipo de equipamento;
- Planejamento de atividades;
- Definição da necessidade de pessoal de apoio;
- Definição de formas e de estratégias para realização do processo de avaliação da aprendizagem;
- Outros aspectos e observações necessárias aos docentes e discentes.

III. MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O Instituto São Vicente de Paulo localiza-se na Região Administrativa de Planaltina-DF e atende crianças, cujos pais moram ou trabalham no mesmo setor da instituição educacional. O convênio firmado, enquanto durar, é organizado com base nas orientações pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, assegurando assim, o atendimento satisfatório nas áreas administrativa e pedagógica.

Missão

O Instituto São Vicente de Paulo tem por missão assegurar ao público atendido um ensino de qualidade, atuando de forma eficiente e eficaz na Educação Infantil, articulando ações que contribuem para a formação de um cidadão ético, crítico e com valores humanísticos.

Objetivos Gerais e Específicos

*** Objetivos Gerais:**

- Ofertar o atendimento educacional aos estudantes na faixa etária de 02 a 04 anos de idade, proporcionando proteção, segurança e alimentação que são adequadas, e fundamentado nos princípios da integralidade, enquanto perdurar o Termo de Colaboração com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

*** Objetivos Específicos:**

- Incentivar o desenvolvimento integral do estudante em seus aspectos cognitivo, afetivo, social e psicomotor, respeitando seus interesses, maturidade e suas necessidades, cumprindo as funções de cuidar e educar;
- Estimular a aprendizagem e os cuidados diários, levando-se em conta a particularidade de cada criança e o mantendo atento ao que ocorre a sua volta;
- Oportunizar aprendizagens significativas respeitando a fase de desenvolvimento do estudante;
- Promover situações em que o estudante demonstre as experiências adquiridas;
- Priorizar o aspecto lúdico e as brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem;

- Contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial do estudante em fase de crescimento, promovendo a estabilidade social;
- Promover a melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil;
- Contribuir para a formação de um cidadão ético, crítico e com valores humanísticos.

IV. FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A educação, ferramenta indispensável para o exercício na sociedade contemporânea, vai se integrando cada vez mais nesse tempo de grande transformação e mudança nos processos educativos. Ela possibilita à criança desenvolver suas habilidades técnicas e sociais, além de incluir seus familiares na vida escolar, em busca da cidadania plena.

Quando se trata da Educação Integral deve-se ter um olhar ainda mais criterioso para que a mesma não se resuma em aumento de tempo da criança na escola, “integridade deve ser entendida a partir da formação integral da criança, adolescente e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais” (Pressupostos Teóricos p.28).

Partindo destes Pressupostos, o presente Projeto Político Pedagógico terá como base os princípios da Legislação de Ensino em vigor, em consonância com a nova concepção de Educação Básica, tendo como fundamento norteador os princípios éticos da autonomia da responsabilidade, da solidariedade e de respeito ao bem comum, princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática, princípios estéticos da sensibilidade da criatividade, da ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

A Legislação de Ensino não só assegura a Educação Infantil como a inclui na Educação básica, sendo “a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, ofertada em Creches e Pré-Escola, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constitui Estabelecimentos Educacionais Públicos ou Privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 04 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por Órgãos competentes do Sistema de Ensino e submetidos a controle social.”

A instituição educacional mantém o foco na responsabilidade social, no objetivo de cuidar, educar e avaliar, visando à melhoria da qualidade de ensino e do desenvolvimento institucional, estimulando o processo de auto - avaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional. Para tal, contamos com

uma estrutura organizada, composta por profissionais experientes e capazes de ofertar um atendimento de qualidade.

a) Pedagogia histórico-crítica/Psicologia Histórico-Cultural

Muitas concepções sobre criança e infância coexistem no imaginário social. As bases teóricas deste Currículo – Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica – compreendem que as concepções de crianças e infâncias decorrem de determinações sociais de âmbito político, econômico, social, histórico e cultural, ou seja, consideram as crianças, no contexto das práticas educativas, como sujeitos de direito, que têm necessidades próprias, que manifestam opiniões e desejos de acordo com seu contexto social e sua história de vida. Essas distintas concepções permeiam o campo da educação quando se identificam práticas pedagógicas, orientadas às crianças, ora baseadas em um pensamento espontaneísta, desprovido de intencionalidade educativa, ora apoiadas em uma concepção naturalista, a qual se vale de métodos coercitivos e de avaliações comportamentais cujos prêmios e castigos ocupam lugar de destaque para a obtenção do comportamento desejado. Isso ocorre, portanto, quando o professor não acredita nas possibilidades de desenvolvimento da criança, desconsiderando-a como sujeito ativo e participativo. A Educação Infantil precisa oferecer as melhores condições e recursos constituídos historicamente para as crianças, porque elas são seres que se humanizam por estarem vivenciando as experiências existentes no mundo, desejando e interagindo com outras pessoas. Tal como destaca Saviani (1991), “de acordo com a pedagogia histórico-crítica, a educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1991, p. 247).

Portanto, as crianças atribuem sentido e atuam sobre o mundo, fazem história e cultura, em meio às relações humanas. Elas são seres de memória, que vivenciam seu presente e projetam seu futuro. São seres que possuem um corpo que expressa múltiplas linguagens. São seres que se constituem nas e pelas relações sociais e culturais existentes no mundo. Desse modo, as crianças, para além da filiação a um grupo etário próprio, são sujeitos ativos que pertencem a uma classe social, a um gênero, a uma etnia, a uma origem geográfica. São sujeitos sociais e históricos, marcados pelas condições das sociedades em que estão inseridos. Significa dizer que são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, produtoras de cultura e que, também, são influenciadas pela cultura (PRESTES, 2013). A infância não se resume a um

determinado estágio de desenvolvimento, mas é um fenômeno social que não comporta olhares uniformes e homogêneos, pois é preciso considerar e respeitar as mais diversas infâncias. Entre as várias concepções, o currículo requer um posicionamento sobre qual é a visão assumida sobre Educação Infantil, crianças e infâncias. Portanto, este currículo ressalta que a criança é um ser em constituição e em processo de humanização, como esclarece Vigotski (2012a), pois, ao apropriar-se da cultura acumulada ao longo da história, a criança (re)nasce como ser social. As crianças, por serem capazes, aprendem e desenvolvem-se nas relações com seus pares e com adultos, enquanto exploram os materiais e os ambientes, participam de situações de aprendizagem, envolvem-se em atividades desafiadoras, vivenciando assim suas infâncias. Fazendo uso de suas capacidades, aprendem e se desenvolvem ao cantar, correr, brincar, ouvir histórias, observar objetos, manipular massinha e outros materiais, desenhar, pintar, dramatizar, imitar, jogar, mexer com água, empilhar blocos, passear, recortar, saltar, bater palmas, movimentar-se de lá para cá, ao conhecer o ambiente à sua volta, ao interagir amplamente com seus pares, ao memorizar cantigas, ao dividir o lanche, escrever seu nome, ouvir músicas, dançar, contar, entre outras ações.

A instituição que oferta Educação Infantil é um lugar privilegiado para que as crianças tenham acesso a oportunidades de compartilhar saberes, de reorganizar e recriar suas experiências, de favorecer vivências provocativas, inovar e criar cultura, de ter contato e incorporar os bens culturais produzidos pela humanidade. Todavia, crianças de mesma idade são singulares e seu desenvolvimento também pode apresentar desenvolvimento distinto. Cresce, em importância, o papel da instituição de educação para a primeira infância como locus onde deve ocorrer uma diversidade de experiências, que, por sua vez, precisam ser internalizadas pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil crianças para a concretização da “emergência do novo”, das aprendizagens e, portanto, do desenvolvimento (VIGOTSKI, 2012a). O ponto de vista que norteia este Currículo aposta justamente nas imensas possibilidades e potencialidades das crianças e de suas infâncias. É necessário conhecê-las em seus fazeres, linguagens, invenções, imaginações, brincadeiras e cuidados. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS).

V. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Com a permanência da suspensão das aulas, por meio do Decreto nº 41.849, de 27 de fevereiro de 2021 e Decreto nº 41.874, em decorrência do atual momento de pandemia de

COVID -19 (Sars-CoV-2), o Ano Letivo de 2021 iniciou no dia 08 de março, dando continuidade ao Ensino Remoto, por meio da utilização da Plataforma Escolar, grupos de WhatsApp e publicações em rede social (Facebook).

O Instituto São Vicente de Paulo oferece atendimento online, em período integral, das 7h30 às 17h30 para crianças de 02 a 04 anos.

Para planejar as aulas, seguimos o Cronograma Planejamento Curricular 2021, elaborado para nortear a prática pedagógica, que possui os temas/conteúdos a serem trabalhados por semana, o tipo de atividades a serem desenvolvidas por dia visando o desenvolvimento integral das crianças. O professor na elaboração do planejamento deve considerar os seguintes elementos: materiais, espaço e tempo, bem como os sujeitos que estarão envolvidos nas atividades:

- **Materiais:** os materiais compõem as situações de aprendizagem quando usados de maneira dinâmica, apropriada à faixa etária e aos objetivos da intervenção pedagógica, dando possibilidades de uso dos materiais disponíveis da residência da criança;
- **Espaço físico:** o espaço é elemento fundamental para o desenvolvimento infantil, portanto, podem ser mais qualitativas as aquisições sensoriais e cognitivas das crianças. Espaço e ambientes são elementos indissociáveis, ou seja, um não se constitui sem o outro;
- **Tempo:** as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças ocorrem dentro de um determinado tempo. Esse tempo é articulado, ou seja, o tempo cronológico - aquele do calendário - articula-se com o tempo histórico - aquele construído nas relações socioculturais e históricas;
- **Atividades permanentes:** ocorrem com e têm a função de familiarizar as crianças com determinadas experiências de aprendizagem. Asseguram o contato da criança com rotinas básicas para a aquisição de certas aprendizagens.
- **Sequência de atividades:** os planejamentos diários, geralmente, seguem essa organização didática estabelecida no cronograma semanal.

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Introdução do tema da semana/ Contaçõ de história/ Atividade	Atividade prática (confeção de brinquedo, colagem, pintura, dobradura, entre outros)	Projeto Alimentação na Educação Infantil Alimentação saudável/ Dia da	Projeto o Brincar Atividade Física/ Psicomotricidade/ Circuitos Motores, jogos e brincadeiras	Projeto IX Plenarilha – Musicalidade das infâncias: de lá, de cá, de todo lugar Revisão tema da semana/ Brincadeiras	Atividades diversificadas/ Lives/ Reunião de pais/ Oficinas/ Palestras/ Dia temático. Sábado Letivo

		Fruta/Receita		Aula via Google Meet	Remoto/ Sábado Letivo Temático Remoto
--	--	---------------	--	---------------------------------	---

A Coordenação Pedagógica é realizada semanalmente, nas terças-feiras, às 9h, de forma online, via Google Meet. São realizados estudos dos temas/conteúdos que serão trabalhados, compartilhamento de histórias, brincadeiras, dinâmicas, músicas e atividades que podem ser utilizadas na produção dos vídeos, oficinas e formações para as professoras e monitoras.

Os estudantes são agrupados de acordo com a idade e divididos em 03 grupos, a saber:

- 3 turmas de Maternal I (02 anos);
- 2 turmas de Maternal II (03 anos);
- 3 turmas de I Período (04 anos).

As crianças de 05 anos são encaminhadas automaticamente para a Pré-Escola da Rede Pública de Ensino, conforme orientação da Secretaria de Educação.

A proposta educacional da Educação Infantil é sempre pautada pelo respeito à criança. Ele é tratado como indivíduo criativo, crítico descobridor do seu espaço, ousando sempre novas descobertas, construindo seus valores, interagindo e modificando-o.

A didática favorece a reflexão, a interação e a troca ampla e aberta de experiências, uma postura educacional de múltiplas habilidades e capacidades favorecendo seu desenvolvimento em vários aspectos.

Plano de permanência e êxito escolar dos estudantes

A instituição tem o plano de se destacar na formação do cidadão, promovendo um ensino de qualidade direcionando para o desenvolvimento da consciência crítica, partindo do pressuposto, que a educação é obrigação do estado e direito do cidadão.

Esse direito deve garantir o acesso, a permanência e sucesso de todos na Educação Básica. Para que esse direito seja assegurado, é preciso que a instituição educacional abra suas portas, ofereça uma educação que possibilite ao estudante expandir seus conhecimentos e todos tenham acesso aos bens culturais e sociais. A instituição educacional só terá sentido, se colaborar para que o estudante aprenda esse conjunto de conhecimentos, tenha acesso ao saber formal, comunique e participe dessa troca.

Sabendo da importância e a necessidade de acolhimento, de cuidado, de segurança, de

proteção e de educação, o Instituto São Vicente de Paulo elaborou um plano de ações administrativas e pedagógicas, com vistas a ampliar as possibilidades da permanência e o êxito de seus estudantes no processo educativo, tais como:

- Estimular a participação efetiva dos estudantes nas atividades escolares;
- Incentivar o professor a promover no estudante, o espírito de confiança em sua aprendizagem;
- Incentivo ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem;
- Promoção e estímulo a formação continuada de professores com o conhecimento de novas tecnologias educacionais, práticas pedagógicas inovadoras incentivando-os a participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros;
- Incentivo a participação dos pais ou responsável legal, no acompanhamento das atividades escolares dos seus filhos, por meio da parceria entre a instituição educacional e a família;
- Fortalecimento do acompanhamento das situações de discriminação, preconceito, violência dentro ou fora da instituição educacional, com a colaboração das famílias e com os órgãos públicos de assistência social da saúde e de proteção à infância;
- Acompanhamento diário da presença/ausência do estudante sobre tudo daqueles em situação de risco e de abandono procurando descobrir os motivos da falta e o que pode ser feito;
- Registro por escrito dos contatos telefônicos, mensagens via WhatsApp realizados aos pais ou responsável legal e com as devidas orientações, do relato sobre o motivo das ausências e o acesso às redes sociais, quando for necessário.

Estratégias de valorização e formação continuada dos profissionais de educação

O Hotelzinho São Vicente de Paulo se dispõe de um corpo docente qualificado, além de primar pela formação continuada oferecida pela própria Instituição e pela SEEDF no decorrer do ano letivo por meio de dias de formação, cursos da EAPE, grupos de estudos, fóruns de educação, dias temáticos que envolvem a comunidade e outros, estando de acordo com as Orientações Pedagógicas da SEEDF 2021.

Todos os profissionais da instituição educacional têm habilitação compatível para o

exercício de suas funções. Para que esses profissionais possam responder aos anseios e a expectativas sociais depositadas nessa etapa da Educação Básica, é necessário propiciar condições para sua valorização e desenvolvimento, propiciando condições dignas de vida e de trabalho, concebida no interior de uma política educacional sólida e consciente.

A instituição educacional prioriza a coordenação pedagógica como um momento de formação continuada, que possibilita aos professores planejarem, avaliarem e aprimorarem seus registros. Os momentos de formação estão inclusos na jornada de trabalho remunerada dos profissionais da educação.

Este espaço de formação auxilia, orienta as práticas pedagógicas e incentiva a participação dos profissionais da educação em cursos e ações de formação continuada ofertada pela SEEDF, além de contribuir para a atualização e o aprimoramento dos conhecimentos, promovendo a leitura e discussão sobre as práticas realizadas na Educação Infantil a todos os estudantes, principalmente, os estudantes com necessidade educacional especial e/ou deficiente, com altas habilidades ou superdotação.

Metodologias de ensino adotadas

A instituição educacional utiliza como metodologia de aprendizagem o sócio construtivismo, com base nos estudos de Lev Semyonovich Vygotsky seus seguidores, sobre o efeito da interação social, da linguagem e da cultura na origem e na evolução do psiquismo humano. A brincadeira é tida como um dos meios de constituição da subjetividade, porque é através dela que as crianças se apropriam da realidade, bem como a assimilam e recriam. Vygotsky (1991), em *A formação social da mente*, faz uma análise da brincadeira como atividade não apenas social, mas também de natureza e origem específicas, enquanto elementos fundamentais para a construção da personalidade infantil.

A reflexão sobre a prática pedagógica e sobre o papel do professor, vista sob o enfoque histórico-social do desenvolvimento humano, aponta para uma concepção de Creche em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Em que haja espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Uma Creche em que professores e alunos tenham autonomia, possam pensar refletir sobre o próprio processo de construção de conhecimento e ter acesso a novas informações. (Rego, 1995).

Em meio ao momento difícil de pandemia causado pelo novo coronavírus que estamos vivendo coletivamente e com a necessidade de suspensão das aulas presenciais, o ensino

remoto se tornou uma saída para que os alunos não deixassem de estudar, por meio de adaptação das atividades visando o desenvolvimento integral das crianças.

VI. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Durante o período de pandemia, devido o distanciamento social e as aulas remotas, a avaliação das crianças está sendo feitas por meio de devolutivas das atividades enviadas nos grupos do WhatsApp, na Plataforma de Ensino e na participação nas aulas síncronas.

O processo de avaliação é essencialmente qualitativo, embasado no artigo 31 da LDB 9394/96, “onde a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”, destinado a auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo a autoestima dos estudantes e os permitindo acompanhar suas conquistas, suas dificuldades e desenvolvam suas habilidades.

A avaliação é contínua e global tendo como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo, possibilitando definir critérios para planejar as atividades e criar novas situações que gerem avanços na aprendizagem.

O acompanhamento do trabalho pedagógico e a avaliação do desenvolvimento dos estudantes acontecem basicamente pela observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações dos estudantes, e por meio de fotografias e vídeos das devolutivas enviadas com a realização das atividades propostas pelas professoras e monitoras.

Os relatórios descritivos individuais (RDIA) são divulgados às famílias, ao final de cada semestre, permitindo o conhecimento do trabalho pedagógico da instituição educacional e os processos de desenvolvimento e aprendizagem do estudante na Educação Infantil.

A instituição educacional emprega a Coordenação Pedagógica e, principalmente, o Conselho de Classe, que ocorre bimestralmente, para pensar, planejar, avaliar, e discutir assuntos relacionados ao estudante, onde buscamos dialogar com as famílias, compreender o que se passa com o estudante e juntos, família e instituição educacional, encontrarmos estratégias para que o mesmo, possa se desenvolver em suas relações sociais e afetivas de forma saudável.

O Conselho de Classe é órgão de natureza consultiva e deliberativa destinada avaliar o aproveitamento e comportamento dos estudantes no processo de ensino- aprendizagem, identificando as razões das dificuldades e apontando as mudanças ou intervenções

necessárias, incluindo o seu resultado.

Devem participar do Conselho de Classe: docentes, diretor ou seu representante, coordenador pedagógico e sempre que necessários profissionais especializados e representantes dos estudantes e/ou pais.

Compete ao Conselho de Classe:

- Acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes;
- Analisar o desenvolvimento escolar dos estudantes, a partir dos resultados da avaliação formativa e continua do seu desempenho;
- Propor alternativas que visem o melhor ajustamento dos estudantes com dificuldades;
- Definir ações que visem à adequação dos métodos e técnicas didáticas ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no respectivo currículo;
- Sugerir procedimentos para resolução dos problemas evidenciados no processo de aprendizagem dos estudantes que apresentem dificuldades;
- Discutir e deliberar sobre a aplicação do regime disciplinar e de recursos proposto.

a) Avaliação Institucional

A educação é um projeto que não se desenvolve sozinho, é necessário o envolvimento de vários setores da sociedade civil, para promover um melhor gerenciamento e direcionamento das fases do ensino e assim alcançar êxito no processo educativo.

O processo da avaliação institucional é um espaço social e democrático, composto pela Direção, professores, funcionários e pais ou responsável legal.

A Avaliação Institucional do Instituto São Vicente de Paulo ocorre ao final do ano e utiliza diferentes instrumentos de forma sistemática e transparente, como reuniões, entrevistas, questionários e fichas de avaliação, com o intuito de apurar a produtividade do trabalho desenvolvido. Caso não ocorra o retorno das aulas presenciais na Instituição, a avaliação será realizada por meio de formulário online criado no Google Forms.

São avaliados e discutidos os aspectos a serem melhorados em todos os setores ofertados pela instituição educacional.

A avaliação institucional tem como objetivos:

- Identificar as variáveis interventivas dos diferentes contextos educacionais que contribuem para a melhoria do processo educativo;
- Sensibilizar os profissionais da educação e a comunidade em geral para a construção de uma cultura de avaliação;

- Envolver a comunidade escolar na discussão do Projeto Político Pedagógico do Instituto visando ao aperfeiçoamento dos processos educativos;
- Incentivar a participação dos profissionais da educação, os estudantes e a comunidade no processo de aperfeiçoamento do sistema educacional;
- Oferecer subsídios para o permanente aprimoramento da ação educacional, pedagógica e administrativa da instituição educacional.

O resultado da avaliação constitui objeto de análise e melhoria dos processos educacionais, pedagógicos e administrativos da instituição educacional, visando subsidiar o planejamento, a prática pedagógica e administrativa, bem como aperfeiçoar e enriquecer os procedimentos adotados.

Buscamos no processo da avaliação institucional total transparência para viabilizar a execução do nosso trabalho e a integração dos envolvidos no processo educativo a partir das nossas ações, tornando o espaço escolar dinâmico e reflexivo, tendo como foco principal as futuras gerações.

b) Matriz Curricular da Educação Infantil

Instituto Educacional: Hotelzinho São Vicente de Paulo Etapa: Educação Infantil Turno: Diurno Jornada: Integral Módulo: 40 semanas – 200 dias letivos					
Direito de Aprendizagem e Desenvolvimento	Campo de Experiência	CRECHE		PRÉ-ESCOLA	
		Maternal I	Maternal II	1º Período	2º Período
Conviver Brincar Participar Explorar	O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e	X	X	X	-----

Expressar Conhecer-se	formas; Escuta, fala, pensamentos e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.				
CARGA HORÁRIA SEMANAL (horas)		50	50	50	-----
CARGA HORÁRIA ANUAL (horas)		2000	2000	2000	-----
<p>OBSERVAÇÃO: Horário de Funcionamento: - Integral: 7h30 às 17h30</p>					

VII. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular deste Projeto Político Pedagógico foi baseada nos Pressupostos Teóricos contido no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal.

O Projeto Político Pedagógico contempla a interdisciplinaridade e a contextualização e o seu desenvolvimento possui como suporte, os recursos pedagógicos que são colocados à disposição dos estudantes e dos professores, cuja intenção é atender as necessidades e as características socioeconômicas e psicológicas dos estudantes.

Os conteúdos curriculares abordam os âmbitos de formação pessoal e social e conhecimento de mundo, de acordo com os eixos integradores, cuidar e brincar, brincar e interagir e os eixos transversais:

- Educação para a Diversidade;
- Educação para Sustentabilidade;
- Educação para e em Direitos Humanos;
- Educação para Cidadania.

No âmbito da formação pessoal e social serão desenvolvidas atividades que

envolvam a interação, a auto-estima, atividades de faz de conta, cuidados pessoais, jogos e brincadeiras e o respeito à diversidade.

Além dos Eixos Integradores e Transversais, o Currículo abrange os cinco campos de experiência:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamentos e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os Campos de Experiência são executados a partir das práticas sociais e experiências que representam, bem como das múltiplas práticas e experiências do estudante, a saber:

*** De 02 a 03 anos de idade:**

- O eu, o outro e o nós nesta fase, manifesta-se pela ocupação de um novo lugar nas relações sociais, sendo que a criança vai ampliando o domínio sobre o mundo ao redor e tornando-se cada vez mais independente.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações proporcionam às crianças o estabelecimento de relações com o meio ambiente, com as pessoas com quem convivem e principalmente com seu próprio corpo, observando as sensações que ele produz. As crianças têm a possibilidade de interagir com noções numéricas, espaciais, formas, tamanhos, cores, agrupamentos, vivenciando os conceitos presentes em seu cotidiano, na exploração de materiais e atividades lúdicas.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação possibilitam à criança, através das interações em situações espontâneas ou mediadas para expressar seus desejos e necessidades, ampliando gradativamente seu vocabulário e a percepção de representações gráficas.

- Traços, sons, cores e imaginação permitem levar a criança a vivenciar as diferentes formas de expressões artísticas, demonstrando pensamentos e sentimentos, na manipulação de objetos e materiais e, através destes, interagir com o meio onde vive.
- Corpo, gestos e movimentos são fundamentais nessa faixa etária, pois o corpo é para o bebê seu canal de comunicação com o meio e com o outro. O profissional, no desenvolvimento da ação pedagógica com a criança do berçário, deve estimular o movimento corporal utilizando os jogos e as brincadeiras.

*** Pré-Escola – 4 anos de idade:**

A criança é sujeito histórico e de direitos que, nas interações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e a do grupo onde vive. A Pré-Escola deve proporcionar às crianças uma formação integral por meio das aprendizagens, tendo na ação pedagógica a necessidade, interesse, realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida:

- O eu, o outro e o nós manifesta-se por níveis mais avançados de sociabilidade, formação da conduta arbitrada, desenvolvimento das instâncias morais e éticas dos comportamentos, capacidade para análises, sínteses e generalizações primárias, percepção mais acurada de si e de seu entorno, aprimoramento da capacidade de estabelecer conexões entre motivos, finalidades e sentimentos.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações possibilitam à criança estabelecer relações entre o meio social e natural do qual faz parte, proporcionando assim a compreensão da importância dos cuidados com a saúde, preservação do meio ambiente, bem como o respeito e a construção dos vínculos afetivos para uma boa convivência. Proporciona condições de aprendizagem em situações com números, relações de quantidade e noções de tempo e espaço, entre outras, tornando a criança autônoma na resolução de problemas de sua vida cotidiana.
- Neste sentido, a aprendizagem da escuta, fala, pensamento e imaginação na pré-escola, sendo considerada fundamental na ampliação da capacidade de inserção e comunicação no mundo letrado pelas crianças, elemento fundamental para a

formação do sujeito crítico que se encontra em constante processo de construção do conhecimento e desenvolvimento.

- Traços, sons, cores e imaginação, as crianças conhecem e exploram diversas possibilidades e diferentes materiais com a intenção de ampliar a capacidade de expressão e comunicação. A arte proporciona às crianças situações que favoreçam o desenvolvimento da observação, percepção e criatividade na perspectiva não somente da apreciação, mas também da produção.
- Corpo, gestos e movimentos, as crianças vão adquirindo maior controle sobre o corpo, desenvolvendo formas de ação, conhecimento e interação. As atividades rítmicas e expressivas são incorporadas às brincadeiras e jogos com regras, como temas a serem trabalhados, pois as crianças da Pré-Escola já possuem a capacidade de representação mental para entenderem regras simples.

VIII. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Sabemos que o gestor escolar desempenha um papel democrático, político, cultural e pedagógico. A gestão participativa está sendo construída e vivenciada em nossa instituição educacional com ideias comprometidas na educação e na edificação de uma sociedade consciente em busca de conhecimentos, direitos e deveres.

No Instituto São Vicente de Paulo, a gestora coloca o processo administrativo à serviço do pedagógico, elaborando em conjunto, as ações educacionais a serem executadas no âmbito escolar.

Destacamos o comprometimento de toda a equipe na melhoria da qualidade de ensino e da educação da atual sociedade, definindo metas e propondo objetivos, que irão contribuir para a formação de um cidadão atuante e crítico, capaz de agir e intervir de forma positiva na sociedade, respeitando as diferenças e as formas de compreender o mundo.

- **Gestão Administrativa:** A gestão dos sistemas e redes de ensino em seus diferentes níveis, de maneira democrática, articulada e colaborativa, contribui para o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das práticas ofertadas na Educação Infantil.

Isso implica, portanto, em redesenhar o horizonte político da gestão, reforçando o princípio de efetiva autonomia, democracia e união.

Objetivos:

1. Atender as necessidades da comunidade escolar com clareza e transparência no que diz respeito a documentos e demais necessidades;
2. Garantir alimentação de qualidade para todos;
3. Atender as demandas dos departamentos da SEEDF ligados a instituição.

Metas:

1. Envolver a comunidade escolar nos assuntos da instituição;
2. Atender as demandas da SEEDF de maneira rápida e eficiente sempre de acordo com as legislações em vigor;
3. Oferecer alimentação nutritiva preparada com orientação da nutricionista no período de retorno das aulas presenciais;
4. Proporcionar orientação, dicas e sugestões de alimentação saudável durante o período de ensino remoto.

Ações:

1. Promover momentos de convivência e valorização com os funcionários e comunidade escolar;
2. Interceder nos problemas da comunidade escolar, escutando os seus anseios e necessidades visando soluções por meio de reuniões online, de mensagens pelo WhatsApp, ligações telefônicas;
3. Fazer cumprir plano de trabalho junto a SEEDF.

• **Gestão Pedagógica:** Abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Objetivo:

1. Supervisionar e acompanhar a execução do trabalho dos docentes em suas práticas pedagógicas.

Meta:

1. Gerar junto ao corpo docente um trabalho de excelência em todos os aspectos estando em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica.

Ação:

1. Acompanhar o trabalho dos docentes e auxiliares por meio de encontros semanais para discutir a execução do trabalho por meio de projetos e demais registros diários.

- **Gestão de Pessoas:** Abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes) com o Projeto Político Pedagógico da escola. Envolve: a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

Objetivo:

1. Prezar por um ambiente saudável entre os funcionários, para de este modo garantir um atendimento de qualidade a comunidade escolar.

Metas:

1. Motivar os funcionários para que desenvolvam o trabalho em equipe tornando o ambiente cada vez mais agradável;
2. Disponibilizar os recursos necessários e adequados para o desempenho do trabalho.

Ações:

1. Orientar a todos sobre a legislação trabalhista vigente, deixando claro direitos e deveres;
 2. Promover formação continuada como: semana pedagógica, palestras, coordenação, reuniões internas e externas e formação ofertada pela SEEDF;
 3. Fortalecer as relações interpessoais entre os funcionários por meio de dinâmicas, confraternização e outros.
- **Gestão Financeira:** Abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.

Objetivos:

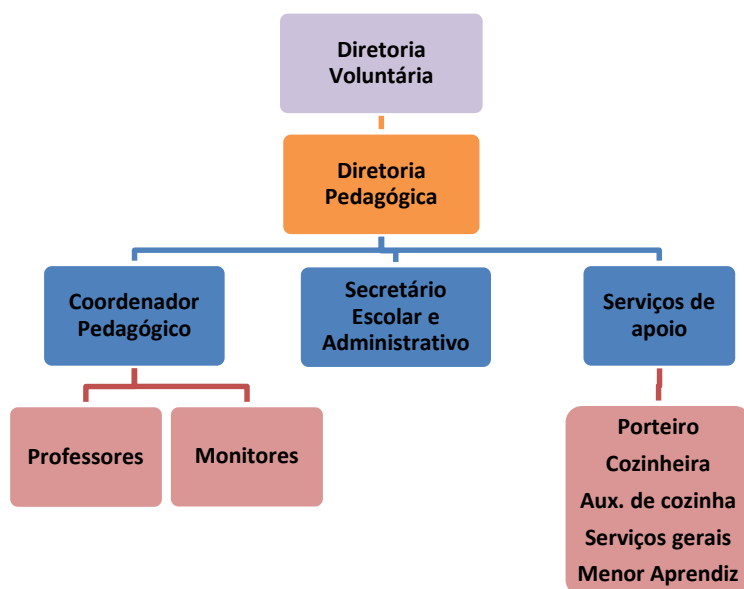
1. Realizar compras para suprimento das necessidades diárias;
2. Fazer pequenos reparos nos objetos e na estrutura física do prédio;
3. Subsidiar os projetos pedagógicos, para que se possa ter qualidade no trabalho.

Metas:

1. Utilizar os recursos tanto próprios quanto oriundos da SEEDF, de forma responsável para garantir todo suprimento das necessidades administrativas e pedagógicas de acordo com as legislações vigentes.

Ações:

1. Reestruturação do sistema hidráulico e elétrico do prédio;
2. Reforma do piso e banheiros;
3. Promover eventos a fim de angariar fundos para instituição para utilizar no suprimento daquilo que não é possível se fazer com os recursos da SEEDF;
4. Executar o recurso oriundo da SEEDF e próprio de acordo com o plano de trabalho e mediante consulta aos executores e conselho fiscal.



IX. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político Pedagógico pressupõem reflexão com base em dados “[...] concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico” (VEIGA, 1996, p. 32). Esse processo pressupõe a avaliação da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Para garantir sua consecução deve ser explicitada a periodicidade em que ocorrerão as avaliações, bem como os procedimentos/instrumentos que serão utilizados para avaliar (fichas, questionários, encontros, assembleias, reuniões, etc.). Lembramos que há dias para avaliação do trabalho da

escola com a comunidade, previstos em Calendário Escolar da SEEDF, a cada ano letivo. O acompanhamento e a avaliação da implementação do Projeto indicarão aspectos que precisam ser revistos, replanejados e os que merecem ser potencializados. Vamos conhecer um pouco de cada etapa desse processo? Acompanhamento: consiste na observação sistemática das ações propostas no Projeto. É fundamental registrar aspectos observados no desenvolvimento das ações e projetos para serem discutidos coletivamente em momentos, como os destinados à avaliação institucional. Avaliação: apreciação dos resultados parciais e finais do Projeto PolíticoPedagógico, confrontando-os com os objetivos e ações definidas. Implica a análise das causas do sucesso ou insucesso do trabalho pedagógico para sua reorganização. A periodicidade da avaliação deve ser definida pelo grupo e registrada no Projeto PolíticoPedagógico.

A implementação do projeto será avaliada no início e término do ano letivo, ao final de cada bimestre ou semestre. Lembramos que a avaliação é constante e que as datas ou períodos sugerem um marco temporal; contudo, nas Coordenações Pedagógicas, nas reuniões ordinárias do Conselho de Classe, do Conselho Escolar e na avaliação institucional/dia letivo temático são oportunizados tempos, espaços, momentos e dados que servem para essa avaliação.

O Projeto Político Pedagógico será avaliado mediante o resultado das ações propostas visando o desenvolvimento das aprendizagens, a qualidade e excelência de um trabalho feito em equipe e embasado nos aspectos éticos e morais, culturais e sociais levando em conta a trajetória da comunidade escolar, não só para garantir um processo formativo e o sucesso para as crianças, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

Esta avaliação é considerada como uma atividade de vital importância no desencadear do processo de ensino-aprendizagem. Orientando seus profissionais no sentido de buscar uma total interação entre toda a comunidade escolar, descobrindo informações necessárias para a busca constante pela melhoria na educação prestada no decorrer do ano letivo.

Em relação à avaliação do projeto formal entre pais e funcionários, é realizado nas reuniões, questionário subjetivo e anônimo, que deixa o avaliador seguro para trazer pontos positivos e negativos na prestação de serviços educacionais de qualidade física e pessoal. A avaliação é um processo diário, no que tange a captação de subsídios para a melhoria da qualidade da educação.

Posteriormente, é analisada pela direção e pela mantenedora, que ponderam e trazem para reuniões as estratégias de mudanças e pautas para melhorar os atendimentos e infraestruturas, imediatos ou próximos, dentro da nossa instituição. Nesse sentido a instituição,

entende que o acompanhamento, controle e avaliação do PPP envolvem momentos destinados a essa reflexão das ações, praticas e concepções contidas neste documento.

A avaliação institucional com a participação da comunidade escolar, o planejamento quinzenal, semana pedagógica, reuniões de pais, coordenação pedagógica e aplicação de questionários fazem parte desses momentos de reflexão, que permite, se preciso uma reorganização do trabalho pedagógico.

Em nosso Projeto Político Pedagógico temos a preocupação de garantir essa continuidade em nossas ações e projetos, necessitando de tempo para que sejam aprimorados, visando o alcance dos objetivos que muitas não são em curto prazo.

X. PROJETOS ESPECÍFICOS

1. Projeto Alimentação Saudável/ Projeto Alimentação na Educação Infantil: mais do que cuidar: educar, brincar e interagir

Acrescentamos ao Projeto Alimentação Saudável, o Projeto Mais Do Que Cuidar: Educar, Brincar e Interagir, que foi elaborado pela SEE-DF.

Várias atividades e ações estão sendo feitas pela nutricionista e postadas semanalmente com o objetivo de enriquecer a variedade de frutas e alimentos consumidos pelas crianças, variedade de receitas, reaproveitamento de alimentos e possibilidades de uso.

Os materiais são preparados e disponibilizados pela nutricionista em interação com os temas trabalhados semanalmente. A participação da família é de suma importância para alcançar os objetivos propostos.

Duração: anual

Objetivos:

- Incentivar aos bons hábitos alimentares;
- Reconhecer os alimentos que faz bem à nossa saúde;
- Identificar as frutas, legumes, verduras, raízes e a importância destes para a saúde;
- Conhecer a importância dos alimentos para os seres vivos,
- Identificar os tipos de frutas: comestíveis e não comestíveis;
- Trabalhar números, quantidades e medidas por meio de receitas;

- Compartilhar os conhecimentos adquiridos;
- Interessar-se em adquirir hábitos de alimentação saudável;
- Conhecer os diferentes tipos de alimentos disponíveis na sua região;
- Promover experiências de brincadeiras;
- Desenvolver capacidade analítica e interpretativa nos alunos, raciocínio lógico, coordenação motora e percepção visual, tátil, olfativa e gustativa;
- Aumentar o vocabulário e as formas de se compreender a realidade (ópticas);
- Trabalhar a linguagem oral e escrita.

2. Projeto mão na massa criando e reciclando

O projeto nos trouxe muitos resultados positivos, durante o ano íamos desenvolvendo atividades de conscientização e confecção de materiais utilizando recicláveis.

Inserimos os pais nesse processo, realizando juntamente com as crianças a confeccionar e após a confecção de brinquedos, instrumentos musicais e jogos brincam com seus filhos. O momento oferecido está sendo prazeroso para os pais e crianças, por meio das devolutivas, podemos observar a criatividade, interação e participação da família no processo de desenvolvimento da criança.

Duração: de agosto à dezembro

Objetivos:

- Incluir no dia a dia dos alunos, hábitos conscientes sobre reciclagem;
- Produzir brinquedos e outros objetos utilizando materiais reaproveitáveis, de sucata e alternativos;
- Utilizar os brinquedos desenvolvidos em sala de aula nos momentos lúdicos à eles proporcionados;
- Promover a socialização entre os alunos;
- Despertar e desenvolver a criatividade das crianças dentro do contexto apresentado;
- Envolver a família na produção de brinquedos recicláveis, como forma de incentivar e inserir os pais ou responsáveis nessa proposta;
- Despertar cada criança para as inter-relações entre os elementos que compõem o meio, no qual os seres humanos são parte integrante;

- Despertar e desenvolver a criatividade das crianças dentro do contexto apresentado.

3. Projeto diversidade na educação infantil

O principal motivo para realização desse projeto foi mostrar que não somos iguais e que devemos respeitar uns aos outros. Acreditamos que respeitar as especificidades e características de cada criança é muito importante para manter uma boa convivência em grupo.

Por isso, os trabalhos relacionados às diferenças devem ser intensificados na Educação Infantil visando estabelecer relações solidárias e de equidade entre sujeitos diferentes. Acreditamos que estes são desafios permanentes da educação para vida.

Duração: anual

Objetivos:

- Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive;
- Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modo de vida;
- Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras, jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades;
- Identificar diferentes traços físicos em pessoas a sua volta;
- Reconhecer que existem diversos modos de vida e culturas entre as pessoas;
- Demonstrar atitudes de respeito à diferentes manifestações culturais;
- Movimentar-se por meio de brincadeiras, demonstrando o controle e adequação ao uso do corpo;
- Ouvir atentamente a história contada;
- Recontar a história do seu jeito.

4. Projeto IX Plenarinho – Musicalidade das Infâncias: de cá, de lá, de todo lugar

Tendo em vista o ano letivo singular de 2020, foi decidido pela DIINF, dar continuidade ao tema “Musicalidade das Infâncias: de cá, de lá, de todo lugar”, para o ano de

2021, na IX Plenarinha da Educação Infantil, no sentido de que este tema seja ainda mais explorado.

A IX Plenarinha – Musicalidade das Infâncias: de cá, de lá, de todo lugar – nos convida a desenvolver nossa consciência musical, a imaginar e criar possibilidades para propiciar às crianças momentos que tenham significado para elas e que estejam repletos de musicalidade.

O ano de 2021 começou, mas a história ainda continua a mesma – pandemia, COVID-19, distanciamento social e educação remota, entre outros aspectos que estão imbricadas nessa realidade. Mesmo diante desse contexto, a IX Plenarinha precisa acontecer, assim como aconteceu no ano anterior com aulas remotas, dando continuidade aos trabalhos e entonando sonoridades, cânticos e músicas, contribuindo assim, para o desenvolvimento musical e integral das crianças.

Duração: anual

Objetivos:

- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar o conhecimento de mundo;
- Perceber e expressar sensações e sentimentos através das músicas
- Ampliar o repertório musical;
- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento utilizando gestos diversos e ritmos corporais;
- Desenvolver memória;
- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando e ajustando suas habilidades motoras;
- Desenvolver relações sociais e afetivas por meio das atividades de música e movimento.

5. Projeto o brincar como direito dos bebês e das crianças

O ato de brincar e os brinquedos exercem grande importância na aprendizagem e desenvolvimento na primeira infância, sendo ferramenta didática e recurso na organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A perspectiva do atendimento aos direitos da criança requer ser necessária a participação da família, possibilitando articular saberes nos

dois contextos de desenvolvimento da criança, diversificando as experiências pelo viés das interações e da brincadeira. O projeto abrange o acompanhamento pedagógico em âmbito central buscando acompanhar a implementação e efetivação do Currículo e aperfeiçoar o trabalho educativo desenvolvido nas unidades escolares públicas e parceiras, orientando e subsidiando as ações pedagógicas do coordenador intermediário de apoio, coordenador intermediário e as comissões gestoras. Nessa perspectiva, o projeto O brincar como direito dos bebês e das crianças está inserido no Programa Virando Jogo da SEEDF e visa promover ações capazes de guiar e orientar o desenvolvimento dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas, que possibilitam a cidadania da criança e atividades pedagógicas de maior qualidade, conforme o Currículo em Movimento do Distrito Federal - Educação Infantil (2018).

Duração: anual

Objetivos:

- Estabelecer vínculos afetivos, ampliando as possibilidades de comunicação e socialização infantil;
- Estimular para que a criança utilize as linguagens, seja corporal, musical, plástica, oral e escrita ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendida, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avanços no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez sua capacidade expressiva;
- Levar a criança a conhecer diferentes manifestações culturais, considerando as atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas, bem como de valorização da diversidade;
- Estimular o raciocínio e a lógica, assim como o desenvolvimento de noção de espaço temporal;
- Permitir que se desenvolvam por meio das interações com o meio, explorando o espaço e oferecer objetos que despertem interesse;
- Trabalhar a oralidade;
- Interagir e relacionar-se de frente ao espelho, com isso é possível trabalhar a identidade, observando a cor de seus olhos, o tom da pele, cor dos cabelos
- Perceber-se a si e ao outro, as igualdades e diferenças, mediante as interações estabelecidas.

- Sentir-se valorizado e reconhecido enquanto indivíduo.
- Enxergar-se a si próprio como parte de um grupo, de uma unidade complexa.
- Desenvolver o raciocínio.

XI. PLANO DE AÇÃO

**HOTELZINHO SÃO VICENTE DE PAULO - HOSVIP
INSTITUTO FILANTRÓPICO SEM FINS LUCRATIVOS
Rua 15 de Novembro Quadra 60 Lote 9A – Planatina/DF
CNPJ: 08.938.465/0001-08
Recredenciamento: Portaria nº 115 de 04 de maio de 2016
PARECER nº 72/2016 – CEDF**



PLANO DE AÇÃO PARA RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS 2021

Introdução

No dia 18 de junho de 2021, recebemos a Circular nº 15/2021, da SEE/SUPLAV, sobre as alterações no recesso escolar das Instituições Educacionais Parceiras em prédio próprio e CEPI's, a cerca de decisões tomadas em reunião realizada no dia 17 de junho com a

participação do Senhor Secretário de Educação, Leandro Cruz, com a participação do Senhor Secretário Executivo da Pasta, Fábio Sousa, representantes do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinproep) e do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social (Cepas), responsável pelas creches parceiras com o poder público, definiu-se pela reabertura das Creches Parceiras ao Governo do Distrito Federal, passando a vigorar o Calendário das Instituições Educacionais Parceiras com as seguintes alterações:

Recesso Escolar	21/06 a 25/06/2021
Retorno presencial dos (a) Professores (as) para ambientação; orientação quanto às medidas sanitárias com inserção de atividades na plataforma; bem como para planejamento das atividades presenciais.	28/06 a 02/07/2021 (semana letiva/ semana pedagógica)
Retorno presencial das aulas.	05/07/2021
2º bimestre 2021.	12/05 a 30/07/2021

Justificativa

Este documento se faz necessário devido às mudanças organizacionais nos espaços educacionais por conta da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) declarada em 11 de março pela OMS (Organização Mundial de Saúde), onde houve logo após, a suspensão de aulas presenciais obedecendo à Decisão Judicial proferida na Ação Civil Pública 0000254-50.2020.5.10.0007 e o Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020, que tramitou na 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF.

Embora medidas emergenciais como a suspensão das aulas foram e estão sendo importantes no combate à disseminação do novo Coronavírus, pesquisas mostram que haverá múltiplos impactos nos alunos e nos professores, exigindo um esforço em comum do poder público de um planejamento de volta às aulas que seja gradual e articulado entre diferentes setores, como a Educação, Saúde e Assistência Social. A evasão escolar, por exemplo, além de impactos emocionais de curto e longo prazo (como o aumento da ansiedade e falta de concentração), desestímulo por parte dos professores, entre outros aspectos poderão ser

agravados.

O contexto da pandemia criou um cenário emergencial e completamente atípico e novo, que deixará marcas a médio e longo prazo e exigirá cuidados, como o retorno gradual das aulas, levando em conta as orientações para a saúde e o bem-estar social. Além da redefinição do calendário escolar, o plano de retomada, avaliação diagnóstica imediata para identificar os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, programas de recuperação da aprendizagem, comunicação mais frequente com famílias, entre outros. Apesar de tantas incertezas ainda existentes no cenário da pandemia, retornar com um sistema melhor e com todos os protocolos de saúde não será nada fácil no ensino, aprendemos e estamos aprendendo com as necessidades e respostas que já estão sendo ou serão aplicadas em caráter emergencial. Então, não podemos garantir total êxito, mas os esforços em comum alcançaremos o melhor que pudermos diante deste cenário.

Apresentação para o retorno das aulas presenciais

O retorno das atividades presenciais não significa o relaxamento do risco de adoecimento pela COVID-19. Portanto, recomenda-se a manutenção de vigilância e monitoramento de risco enquanto durar a emergência em saúde pública, como também, é preciso sensibilidade para o acolhimento, para a inserção e para as diversas possibilidades de transição que ocorrem na Educação Infantil, tais como a que atualmente, estamos vivenciando e que provocaram um prolongado período de afastamento das crianças e de seus familiares/responsáveis junto às respectivas Instituições Educacionais Parceiras (IEPs).

O acolhimento e a ambientação presencial de todos, incluindo os profissionais que atuam no ambiente escolar, deverá ser planejada e executada com fundamento nos protocolos de segurança, de acordo com as orientações das autoridades de saúde pública. As pessoas que pertencem ao grupo de risco devem seguir os dispositivos legais vigentes à época do retorno. E os profissionais que apresentarem sintomas da Covid-19 não deverão atuar de forma presencial.

As medidas que serão adotadas para o retorno às aulas presenciais, diante da situação em que se encontra a saúde a nível mundial, bem como, no âmbito distrital, devido a COVID-19, com a suspensão de aulas presenciais, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, irá seguir as diretrizes e protocolos de volta às aulas, estabelecidos e propostos no Guia de

orientações de retorno às atividades presenciais nas Instituições Educacionais Parceiras- IEPs que ofertam Educação Infantil. Em colaboração de todas as entidades envolvidas na educação do Distrito Federal, diretora, coordenadora, professores e demais funcionários, que representaram sua categoria, apresentando fatos positivos e negativos, para que pudéssemos chegar a um plano com maior segurança e precisão para atender nossos alunos e familiares. Neste documento serão apresentadas as medidas que serão adotadas ao retorno as aulas com segurança, embora estejamos passando por um momento de crise devido à pandemia. O Hotelzinho São Vicente de Paulo irá adequar com recursos materiais, recursos humanos, ações pedagógicas, entre outros, para garantir a segurança da comunidade escolar, dos profissionais da educação envolvidos e os seus familiares.

Além disso, devemos garantir os Direitos de Aprendizagem preconizando na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e base curricular adotada pelas normativas das escolas privadas, públicas, IEPs e CEPs, sendo reorganizado de acordo com a nossa proposta pedagógica e do calendário escolar, observando as normativas e fatos que podem surgir nos próximos meses. No momento, estamos passando por inconstâncias, momentos em que poderá mudar a qualquer momento o que se está planejando, mas, que se faz necessário um planejamento para se ter uma certeza de que prosseguindo ou mudando, não estaremos totalmente desprovidos de tudo, e caso venha ser necessário mudanças. O Hotelzinho São Vicente de Paulo está preparando a equipe profissional (professores, monitores, gestores, auxiliares de serviços gerais, cozinheira, auxiliar de cozinha, nutricionista, secretário e porteiro) que irão atender crianças e familiares no retorno às aulas presenciais, não só para transmitir conhecimento didático pedagógico, mas, principalmente, para receber uma comunidade que vem de uma crise na saúde, crise pessoal, emocional, abalados psicologicamente, afetados pelo COVID-19, alguém que perdeu um familiar, que por menor que seja, passaram por alguns transtornos, e para isso o acolhimento nas instituições educacionais será de carinho, amor, compreensão, harmonia e vida. Neste momento se faz necessário modificar algumas estruturas e toda rotina administrativa e pedagógica educacional, reorganizando e adequando os espaços escolares de acordo com os protocolos definidos pela OMS, MEC, SEE/DF e GDF para o retorno as aulas presenciais.

Semana Pedagógica/Coordenação Pedagógica

Durante a semana, foi realizado o acolhimento dos funcionários, seguindo o protocolo de segurança contra a Covid-19. Realizamos junto com as professoras e monitoras estudo do

Guia de orientações de retorno às atividades presenciais nas Instituições Educacionais Parceiras- IEPs que ofertam Educação Infantil, elaborado pela Secretaria de Educação do DF para auxiliar na construção do Plano de Ação de retorno das aulas presenciais na instituição.

As salas foram devidamente organizadas e decoradas para receber as crianças. Cada sala terá disponível, recipientes contendo álcool em gel 70%, os lençóis, toalhas e cobertores foram identificados com os nomes das crianças, colocados separadamente em sacos transparentes.

As saboneteiras, escovas de dente e escovas de cabelo também foram identificadas com os nomes das crianças e guardadas em uma sapateira com divisórias transparentes.

Os encontros foram realizados de forma presencial, seguindo protocolo de segurança e distanciamento necessário entre os funcionários. Lembrancinha e murais de boas-vindas para as crianças foram confeccionados.

Durante a semana do dia 28/06 a 02/07, as atividades foram realizadas pelas crianças de forma remota, sendo postados diariamente, vídeos nos grupos das turmas do WhatsApp e Plataforma, tema da semana os meios de comunicações.

Seguindo informativo recebido pela SEE/SUBEB, sobre a inserção e acolhimento no retorno das atividades presenciais nas Instituições Educacionais Parceiras. A instituição voltará presencialmente atendendo no mínimo de 50% das crianças a partir dessa data.

A coordenação pedagógica foi realizada em dois grupos (turmas que retornarão as atividades presenciais no dia 05/07 e as turmas que retornarão presenciais no dia 12/07):

- ✓ Turma do Maternal I-A, Maternal I-B, Maternal I-C e Maternal II-A. Fizemos os planejamentos voltados para acolhimento e inserção das crianças para retorno presencial, tema junino (músicas, histórias, dinâmicas, brincadeiras).
- ✓ Turma do Maternal II-B, I Período A, I Período B e I Período C. Essas turmas fizeram planejamento sobre o tema junino, produção de vídeos, para serem postados nos grupos de WhatsApp e Plataforma, na semana do dia 05 a 09/07.

Acolhimento às crianças e às famílias

No retorno às atividades presenciais, todas as interações entre as crianças e os adultos devem ser pautadas no afeto. A reconstrução do vínculo com os professores e monitores deverá ser iniciada com cuidado, escuta sensível e atenção ao protocolo de proteção à saúde.

1. Acolher a família e estreitar a relação família-escola, promovendo uma maior integração e comunicação, visando favorecer a sensação de segurança e pertencimento das crianças.
2. Identificar as famílias mais inseguras e chamá-las para a aproximação.
3. Fortalecer a forma de contato construída com as famílias no período de distanciamento social.
4. Acolher as crianças com cuidado e compreensão levando em consideração as possíveis dificuldades enfrentadas no período de distanciamento social, observando as mudanças em seus comportamentos.
5. Reiniciar com afeto o vínculo com as crianças e colegas de trabalho;
6. Permanecer disponível ao esclarecimento das dúvidas e preocupações das crianças, por meio da escuta sensível e atenta.
7. Organizar o ambiente educativo de modo que permita às crianças explorar, participar, brincar, expressar, conviver e conhecer-se.
8. Promover a reintegração entre as crianças, entre elas e os professores/monitores e restabelecer o convívio harmônico e seguro.
9. Não reprimir gestos de contato entre as crianças, como por exemplo, abraços, mas sugerir brincadeira de abraço de faz-de-conta (à distância).
10. Explicar às crianças os motivos pelos quais se faz necessário o distanciamento social, com linguagem simples e acolhedora.
11. Apresentar uma nova estrutura para a rotina das interações e brincadeiras.
12. Planejar atividades que promovam a sensação de estabilidade, segurança e pertencimento à escola da infância.
13. Promover busca ativa da família/criança, em caso de infrequência.

Organização da entrada e saída das crianças e funcionários

O horário de entrada será das 7h30min às 8h, as crianças serão recebidas por funcionários devidamente paramentados. No portão haverá um tapete sanitizante para higienização dos calçados, a esterilização com álcool 70% líquido das mochilas será feita por um funcionário, a aferição da temperatura, por outro funcionário e todos terão que higienizar as mãos com álcool 70% em gel, que estará disponível em um suporte.

Quando verificado que a criança ou funcionário apresentar febre ou outros sintomas

relacionados a Covid, não poderá permanecer na instituição, conforme consta no Guia de orientações de retorno às atividades presenciais nas Instituições Educacionais Parceiras- IEPs que ofertam Educação Infantil.

O horário de saída será das 17h às 17h30min, para evitar a aglomeração, as crianças vão aguardar em sala de aula, até o responsável chegar para buscá-la. Assim que os responsáveis forem chegando, o porteiro, a coordenadora e a diretora vão na sala buscar a criança.

Operacionalização de higienização das roupas de cama e banho

Cada criança terá sua toalha, saboneteira com uma esponja de banho. Depois de usada, a toalha será estendida no varal, após seca, será colocada em uma embalagem individual transparente com o nome da criança. Após o sono, o lençol deverá ser retirado do colchonete e guardado em embalagem individual, com o nome da criança, evitando assim, a troca do referido material entre elas. Duas vezes na semana, os lençóis e as toalhas serão levados com produtos próprios para esterilização e eliminação de vírus.

Atendimento das crianças com atividades remotas

Os pais que não optarem pelo retorno presencial da criança, a SUBEB está formulando um documento para os mesmos assinarem. A criança terá a garantia da vaga. Nesse caso, atividades impressas serão disponibilizadas semanalmente para os pais buscarem na instituição.

Ações preparatórias iniciais da unidade escolar

Definir as normas de segurança sanitária para os ambientes escolares. A organização dos espaços de atividades e de trabalho deverá contemplar todas as medidas necessárias à segurança sanitária:

1. Preparação das ações de acolhimento aos profissionais da Instituição, às famílias e às crianças.
2. Realização de sensibilização dos funcionários e das famílias acerca dos protocolos adotados.

3. Toda a comunidade escolar (funcionários, familiares e crianças) deverá ser sensibilizada quanto aos novos hábitos, tais como: o uso de máscaras, lavar as mãos com frequência, evitar contato físico e não compartilhar objetos, entre outros.
4. Planejamento de ações de apoio/orientação à comunidade escolar, referentes às questões sociais e psicológicas causadas pela pandemia.
5. Comunicação aos familiares, com antecedência, sobre o retorno das atividades presenciais.
6. Organizar fluxo de entrada e saída das crianças de maneira alternada e definir procedimentos a serem adotados pelas famílias e profissionais da IEP, evitando a aglomeração.
7. Definição de limites de acesso dos familiares ou responsáveis legais ou outros adultos ao ambiente escolar, apenas excepcionalmente, previamente agendado, de forma segura, usando máscara e evitando contato com as crianças.
8. Organização da rotina de limpeza do ambiente de trabalho e dos equipamentos de uso individual, com o reforço da limpeza e desinfecção dos ambientes e das superfícies mais tocadas, tais como: mesas, cadeiras, maçanetas, banheiros e áreas comuns, antes e durante o expediente.
9. Manter os banheiros higienizados e com suprimentos suficientes para possibilitar a higiene pessoal (sabão, álcool em gel, toalhas de papel, papel higiênico).
10. Disponibilização de álcool em gel nas salas de atividade/referência e quaisquer espaços comuns para higienização constante, na altura do adulto.
11. Preparação de comunicação sobre proteção e prevenção de risco à Covid-19, em linguagem acessível, em local visível, fixadas em quadros de aviso, salas de atividades/referência, corredores e sinalização de rotas dentro da IEP para que as crianças mantenham distância entre si.
12. Intensificação dos cuidados de desinfecção e limpeza dos reservatórios de água, e demais utensílios de servimento, como copos, jarras e/ou filtros.
13. Verificação e limpeza dos sistemas de ventilação.
14. Garantir medidas para a higienização de mãos em áreas externas.
15. Definição sobre o vestuário, roupa para troca e chinela (devidamente limpos e identificados).
16. Uso obrigatório de máscaras para professores e demais funcionários no ambiente escolar.

17. Manter as condições adequadas dos espaços: salas de atividades/referência, banheiros, corredores, lavatórios, refeitórios, bibliotecas, brinquedotecas.
18. Ventilação do ambiente, mantendo sempre que possível, portas e janelas abertas.
19. Manutenção de maior espaçamento entre as mesas e o uso de espaços externos.
20. Orientação aos profissionais para manter o cabelo preso e evitar uso de acessórios pessoais, como brincos, anéis e relógios e evitar o compartilhamento de objetos de uso pessoal.
21. Organização dos tempos e dos espaços para oferta da alimentação escolar evitando aglomeração.
22. Orientação às famílias sobre o uso exclusivo do uniforme escolar somente na instituição, trocando-o ao chegar em casa, evitando ir com a criança a outros locais vestida com o uniforme.
23. Utilização de garrafas individuais, tanto para as crianças, quanto para os adultos.
24. Avaliação e monitoramento periódico pelas equipes gestoras das IEPs quanto às práticas adotadas no retorno das atividades presenciais.
25. Uso de salas dos professores, de reuniões e de apoio deve ser limitado a grupos pequenos, respeitando o distanciamento.
26. Realizar rotinas de revezamento dos horários da recreação, alimentação e demais deslocamentos coletivos dos estudantes no ambiente escolar.
27. Sinalizar rotas dentro das escolas para que os alunos mantenham distância entre si;
28. Implementar o controle de temperatura de estudantes e servidores;
29. Disponibilizar máscaras individuais, caso seja necessário;
30. Disponibilizar tapetes com solução higienizadora para limpeza dos calçados antes de adentrar na escola, dosadores de álcool gel na entrada de todas as escolas para que os alunos higienizem as mãos quando entrarem e saírem da escola;
31. Apresentar mídias, promovendo rotinas de higienização por estudantes e servidores;
32. Capacitar pessoal de serviços gerais para higienização;
33. Promover a discussão sobre a reelaboração do Projeto Político Pedagógico, de forma remota, com a participação da comunidade escolar.
34. Preferência pela realização de reuniões com as famílias por videoconferência, evitando a forma presencial e, quando não for possível, deve haver a redução ao máximo do número de participantes e de sua duração.

35. Organização de fluxos de sentido único para entrada, circulação e saída de crianças e trabalhadores, antes do retorno das atividades escolares, visando resguardar o distanciamento mínimo obrigatório e evitar aglomerações.
36. Manutenção do atendimento das crianças com atividades remotas, nos casos de pertencentes ao grupo de risco, em relação à própria criança ou alguém da família que reside na mesma residência. Nesse caso, a professora ou professor, disponibilizará para a família retirar na IEP.
37. As crianças que não fazem parte do grupo de risco devem participar das atividades escolares presencialmente.

Materiais e produtos necessários para cumprimento do protocolo de segurança e prevenção da COVID-19

Dentre os materiais necessários à viabilização de higienização dos espaços físicos, móveis, superfícies e utensílios, bem como ao monitoramento das condições de saúde de crianças, funcionários, e ocasionais visitantes, destacam-se:

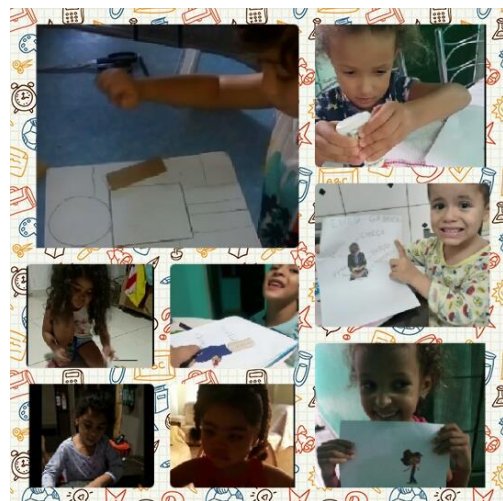
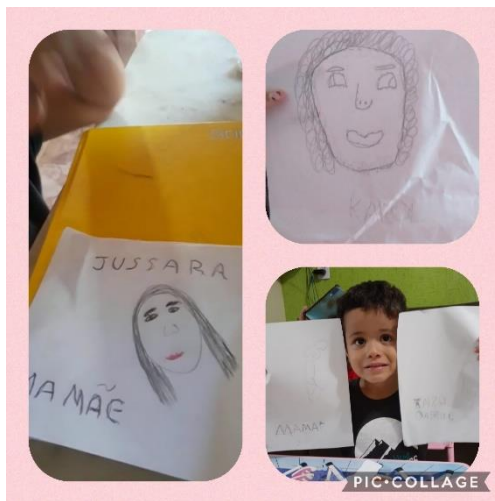
1. Máscaras de proteção para todos os funcionários.
2. Estações de higienização ou espaços para higienização de mãos.
3. Álcool em gel 70%.
4. Termômetros infravermelhos.
5. Medidas para higienização de calçados (tapete sanitizante).
6. Toalhas de mão descartáveis.
7. Água sanitária/cloro ativo.
8. Sabão líquido.
9. Desinfetantes (hipoclorito, outros).
10. Toucas descartáveis.
11. Luvas descartáveis.
12. Lixeiras com tampa.
13. Borrifadores com álcool líquido 70%.
14. Wipes peroxy 40.

XII. ANEXOS

Projeto Alimentação Saudável/ Projeto Alimentação na Educação Infantil: mais do que cuidar: educar, brincar e interagir



Projeto diversidade na educação infantil



Projeto IX Plenarinha – Musicalidade das Infâncias: de cá, de lá, de todo lugar





Projeto o brincar como direito dos bebês e das crianças





XIII. REFERÊNCIAS

AIRES, Sonia Nunes. **Educação Infantil: Teorias e Práticas para uma Proposta Pedagógica**. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Seção I, p. 824.

BUFFA, Éster, **Educação e cidadania** 2 ed. São Paulo/SP. Editora Cortez, 1998.

DISTRITO FEDERAL. Nota Técnica nº 1, de 18 de junho de 2019 - Conselho de Educação (DF). Dispõe sobre a organização curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na Proposta Pedagógica, em regulamentação ao inciso VII do artigo 173 da Resolução nº 1/2018 - CEDF. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, n. 131, 15 jul. 2019. Seção I, p. 5. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, n. 241, 20 dez. 2018. Seção I, p. 83.

DISTRITO FEDERAL. Resolução nº 1, de 28 de março de 2017 - Conselho de Educação (DF). Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, n. 71, 12 abr. 2017. Seção I, p. 19.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica**. Disponível em:

<http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/04/Manual-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Formação Continuada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/diretrizes-pedagogicas-2/>>. Acesso em: 12 de maio 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral**. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/DiretrizesEdIntegral_06ago18.pdf. Acesso em: 12 de maio 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica**. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/1_pressupostos_teoricos.pdf. Acesso em: 12 de maio 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Educação Básica. Coordenação de Educação Infantil. **Orientações Pedagógicas do Convênio entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de Educação Infantil**, 2015.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2010.

GOVERNO DE BRASÍLIA. 2015. Administração Regional de Samambaia. Disponível em: <http://www.samambaia.df.gov.br/sobre-a-secretaria/conheca-samambaia-ra-xii.html>. Acesso em: 12 de maio 2021.

Guia da XI Plenarinha: **Musicalidade das infâncias: de cá, de lá, de todo lugar**. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/plenarinha/>. Acesso em: 12 de maio 2021.

REGO, T. C. (1995). **Vygotskye: Uma Perspectiva Histórico-cultural da Educação**. Petrópolis, Vozes.

SILVA, Eurides da, **Educação Básica Pós – LDB** – São Paulo/SP: Pioneira 1998.

Resolução nº 1/2018 – CEDF (Alterada pela Resolução nº 1/2020 – CEDF).

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS E REGISTROS ESCOLARES DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO E HÍBRIDO.** Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/08/Orienta%C3%A7%C3%B5es-para-avalia%C3%A7%C3%A3o-das-aprendizagens-e-registros.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **MANUAL DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO REMOTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/02/Manual-de-orientacoes-pedagogicas-para-o-atendimento-remoto-da-Educacao-Infantil-2021.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2021.

Brasília, de de 2021.

Assinatura da Diretora Pedagógica e nº do Reg. do MEC